

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Luis Tajés/Divulgação



PSDB lança hoje pré-candidatura de Paula Belmonte ao GDF

A deputada distrital Paula Belmonte definiu seu caminho para 2026. Depois de uma última conversa na tarde de ontem, a parlamentar acertou a filiação ao PSDB. Paula esteve com o presidente nacional do partido, deputado Aécio Neves (MG), e com o ex-presidente da legenda, o ex-governador de Goiás Marconi Perillo, e recebeu o aval para, ao ingressar no PSDB, concorrer ao Palácio do Buriti nas próximas eleições. A filiação será oficializada em solenidade marcada para hoje, às 19h, no Ascadê. Aécio vai lançar a pré-candidatura de Paula Belmonte ao Governo do Distrito Federal.

Câmara Legislativa cria Conselho LGBTI+

A Câmara Legislativa aprovou, ontem, a criação do Conselho Distrital de Proteção e Promoção de Direitos das Pessoas LGBTI+ (CDLGBTI+). O projeto, de autoria do Executivo, estabelece que será um colegiado permanente, de caráter consultivo, vinculado ao órgão gestor da Política de Promoção de Direitos Humanos do DF. O objetivo é garantir o pleno exercício da cidadania para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, intersexuais e demais dissidências de gênero e sexualidade, além de propor políticas públicas, encaminhar denúncias de LGBTfobia e elaborar o Plano Distrital LGBTI+. O projeto recebeu o voto contrário dos deputados conservadores Martins Machado (Republicanos), Iolando (MDB), Pastor Daniel (PP) e João Cardoso (Avante). Thiago Manzoni (PL) e Roosevelt Villela (PL), também da linha mais à direita, não participaram da votação.

Reprodução/Video



Emocionado

O deputado distrital Fábio Félix (PSol), eleito com a bandeira LGBTQIA+, fez um discurso elogiando a medida. E se emocionou ao falar das dificuldades que enfrentou “depois que saiu do armário”, aos 16 anos. “Com nenhum discurso, eles podem negar a nossa cidadania, até porque o Estado é laico, precisa ser plural, precisa respeitar todas as pessoas. Não vamos voltar para o armário, não vamos tolerar LGBTfobia. Queremos políticas públicas, porque queremos pessoas LGBT respeitadas e vivas todos os dias”, discursou o parlamentar mais votado da história da Câmara Legislativa.

Divulgação/TCDF



Visita institucional

Uma das primeiras medidas adotadas pelo presidente do BRB, Nelson Antonio de Souza, é visitar as instituições. Ele esteve, ontem, com o presidente do Tribunal de Contas do DF, Manoel de Andrade, para se apresentar e se colocar à disposição para ajudar nas auditorias em curso na Corte, sob a relatoria da conselheira Anilceia Machado, sobre as operações do BRB com o Banco Master.

Andressa Anholete/Agência Senado



“Reequilíbrio de Poderes”

“Afinal de contas, quem tem que legislar? Representantes eleitos pelo povo, ou juízes nomeados? O comando constitucional é claro, e quero apenas um reequilíbrio de forças entre os Poderes”, afirma a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) a respeito dos projetos que apresentou no Senado para reduzir o poder do Supremo Tribunal Federal. As propostas modificam os Códigos de Processo Penal e de Processo Civil para limitar a atuação de magistrados em regulamentos, regimentos internos e resoluções de tribunais, conselhos e outros órgãos colegiados nas áreas cível e penal. Também impedem que o STF ou outros tribunais inovem ou alterem entendimentos legislativos por meio da jurisprudência.

Mercador de Veneza em versão contemporânea

Dan Stulbach chega a Brasília com a peça *O Mercador de Veneza*, uma montagem de um dos textos mais emblemáticos do dramaturgo William Shakespeare, com direção de Daniela Stírbulo, na Caixa Cultural Brasília. As 12 sessões ocorrem de 18 a 21 de dezembro e de 15 a 18 de janeiro. O espetáculo traz uma abordagem contemporânea da obra escrita no século XVI, transportando a história original para os anos 1990 e ressaltando temas como intolerância, racismo, antisemitismo e as contradições do capitalismo emergente, todos ainda muito atuais.

Divulgação/Ronald Guitérrez



Leo Aversa/Divulgação



Brasília Museu Aberto apresenta show gratuito de Paulinho da Viola

O Museu da República será palco de um lindo evento imperdível para quem aprecia a cultura brasileira. O Brasília Museu Aberto edição Brasilidades chega à sua segunda edição em 2025 com o show gratuito de Paulinho da Viola. O artista apresenta o espetáculo *Quando o Samba Chama*, que

promete emocionar o público com sambas inesquecíveis de sua carreira. O show de Paulinho da Viola, com clássicos como *Foi um Rio que Passou em Minha Vida* e *Pecado Capital*, celebra quase seis décadas de uma carreira dedicada ao samba.

Tela de arte

A cúpula do Museu da República será transformada em uma verdadeira tela de arte, por meio de projeções mapeadas que homenageiam artistas fundamentais do cenário visual brasileiro, como Orlando Brito, Wladimir Carvalho e a Coleção Brasília, além de nomes da cena contemporânea da capital. As projeções, que são a marca do projeto idealizado por Danielle Athayde, prometem criar uma imersão sensorial única, mesclando o patrimônio histórico da capital com a modernidade da arte visual. O evento tem como objetivo aproximar a arte do público, promovendo uma vivência imersiva e acessível, além de reforçar o papel de Brasília como vitrine cultural do país. A entrada é gratuita, mas os ingressos têm de ser retirados no Sympla.

Arquivo Pessoal



Olhares desde o Cerrado

O Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, no Senado Federal, recebe entre os dias 8 e 19 de dezembro a exposição da artista plástica Maria Lúcia Sigmaringa, a Malu Sig. A mostra *Olhares desde o Cerrado* nasce da interseção entre arte, propósito e

superação. É resultado de um processo contínuo, construído em várias vertentes, que destaca as belezas de Brasília. Malu Sig usa técnicas de pintura acrílica para retratar os multicoloridos ipês e os estonteantes pores do Sol na capital do país. Também desenvolveu uma técnica aguada para as obras abstratas.

Releitura e reabilitação

Criada em Brasília, Malu Sig faz a releitura das obras do arquiteto Oscar Niemeyer e de Athos Bulcão. Mas é nas pinturas abstratas que a artista revela e provoca sentimentos e sensações fortes. Malu é jornalista, formada pela UnB, e servidora aposentada do Senado. Em 2020, a carreira foi interrompida abruptamente por um AVC. Na reabilitação, ela se reencontrou com a arte e passou a ampliar os conhecimentos artísticos com arte em mosaico, pinturas acrílicas e aguadas. Agora, a artista retrata na mostra profundas emoções.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

REAJUSTE / Em encontro com Ibaneis Rocha no Palácio do Buriti, ontem, policiais civis, militares e bombeiros agradeceram o apoio institucional e parlamentar para a assinatura da MP que garante o aumento salarial das categorias

Forças de segurança celebram acordo

» CARLOS SILVA

Representantes das forças de segurança do Distrito Federal se reuniram ontem, no Palácio do Buriti, para tratar do avanço na recomposição salarial de policiais civis, militares e bombeiros. O encontro ocorreu após a assinatura, na segunda-feira, da Medida Provisória da Segurança Pública e do Projeto de Lei das Carreiras, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que garante o reajuste para as categorias a partir de 2025. As lideranças das corporações agradeceram o apoio institucional e parlamentar que viabilizou o acordo.

Durante a reunião, integrantes do governo local e das corporações destacaram que o reajuste repõe perdas acumuladas e representa um marco para a valorização dos profissionais de segurança. O governador Ibaneis Rocha (MDB-DF) disse que, apesar da conquista do reajuste, seguirá em busca da paridade salarial com a Polícia Federal. “Na medida do possível, conseguimos um avanço muito grande ao longo desses sete anos, mostrando que é possível remunerar melhor as forças de segurança”, afirmou.

O secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, assinalou que o resultado “sintetiza o empenho de todas as áreas envolvidas em fazer o processo avançar”. “É uma briga que levamos muitos anos

para consolidar nesse ato do governador, de encaminhar a mensagem, inclusive, propondo isonomia da Polícia Civil com a Polícia Federal, trazendo também a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros para um ponto de equilíbrio”, destacou.

A medida provisória concede reajustes nos salários das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, além de militares dos ex-territórios federais. Os aumentos, que variam conforme a patente e a carreira, serão pagos em duas parcelas, em dezembro de 2025 e janeiro de 2026.

Para a Polícia Civil (PCDF), o aumento varia entre 27,27% (categoria especial) e 24,43% (terceira categoria). As corporações e o governo local optaram por uma distribuição diferenciada por patente, resultando em aumentos que variam de 19,6% a 28,4%, no acumulado até 2026.

No caso de policiais militares e bombeiros dos ex-territórios federais (Amapá, Rondônia, Roraima e servidores remanescentes da Guanabara), o reajuste linear é de 24,32%. A medida também atualiza o auxílio-moradia para essas categorias, com reajuste de 11,5% em cada uma das duas etapas. Em ambos os casos, o pagamento será dividido igualmente entre 2025 e 2026.

Próximos passos

A medida provisória segue,

Renato Alves/Agência Brasília



Integrantes do governo local e das corporações destacaram que o reajuste repõe perdas acumuladas

agora, para análise no Congresso Nacional e deve ser votada ainda este ano. Como tem força de lei, o ato tem efeito imediato, com validade de 120 dias. São 60 dias de validade, prorrogáveis por mais 60. Para ser aprovada, a MP precisa somente de maioria simples (metade mais um dos presentes no plenário).

No Congresso, o clima era de comemoração, mas também de ressalvas em relação ao ritmo de negociações até assinatura do reajuste. O deputado Alberto Fraga (PL-DF) classificou o reajuste salarial das forças de segurança do Distrito Federal como resultado de “uma luta de muitos meses”.

Segundo ele, esta foi a primeira vez que um aumento previsto para fevereiro só foi concretizado no fim do ano. “Faltou articulação entre o GDF e o governo federal”, afirmou.

Para Fraga, o impasse aumentou a ansiedade dentro das corporações: “A inquietação era muito grande, todo mundo estava chateado pela demora”. Apesar das críticas, o parlamentar destacou que a aprovação via medida provisória foi decisiva para garantir rapidez. “Fizemos questão de que o aumento viesse em forma de MP, e não de projeto de lei. O efeito é imediato. Acho que, agora, se encerra esse período de insegurança. O

importante é que saiu”, assinalou.

A senadora Leila do Vólei (PDT-DF) reforçou que a recomposição representa um gesto concreto de valorização. “Isso fortalece o sentimento de pertencimento, reduz a evasão e cria condições mais favoráveis para atrair e manter bons servidores.” Ela avaliou que o reajuste corrige defasagens históricas acumuladas pelas corporações, especialmente entre 2019 e 2022, quando a inflação chegou a 32% e os aumentos ficaram bem abaixo desse índice.

Para a parlamentar, o avanço é relevante, mas não encerra as demandas da categoria. “É uma conquista importante após anos de

perdas, mas a luta pela valorização plena continua. Segurança pública envolve também efetivo, equipamentos, infraestrutura e saúde mental. Enquanto eu estiver no Senado, essa pauta seguirá como prioridade”, comentou.

Correção histórica

Em cerimônia no Palácio do Planalto, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, afirmou que a valorização salarial é parte fundamental da política de segurança pública. “Valorizar não é apenas entregar armas e equipamentos, é dar melhores condições de trabalho, aumentos para compensar a inflação”, declarou.

Waldez Góes, ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, destacou que a MP corrige uma distorção histórica. “Definitivamente, os militares bombeiros e policiais militares do Distrito Federal, Amapá, Roraima, Rondônia e Guanabara são tratados de forma similar”, explicou, referindo-se à equiparação com os policiais do DF, que antes necessitavam de emendas legislativas específicas para receber reajustes equivalentes.

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, ressaltou que “o governo cumpre assim as suas obrigações constitucionais com a capital e com os ex-territórios, valorizando os agentes de segurança pública”.